

LUIZ BERNARDO PERICÁS

CAIO PRADO JÚNIOR  
uma biografia política



Copyright © Boitempo Editorial, 2016  
Copyright © Luiz Bernardo Pericás, 2016

*Direção editorial*

Ivana Jinkings

*Edição*

Bibiana Leme

*Coordenação de produção*

Livia Campos

*Assistência editorial*

Thaís Burani

*Preparação*

Mariana Echalar

*Revisão*

Luzia Santos e Fernanda Guerriero

*Diagramação e capa*

Antonio Kehl

(*layout* de capa sobre projeto original de Studio DelRey; na primeira capa, foto de Caio Prado Júnior em 11 jun. 1978, cedida pelo acervo do IEB-USP; nas guardas e na quarta capa, gravuras em metal de autoria de Carlos Prado, publicadas no livro *A cidade moderna*, de 1958)

*Equipe de apoio:* Allan Jones / Ana Yumi Kajiki / Artur Renzo / Eduardo Marques / Elaine Ramos / Giselle Porto / Isabella Marcatti / Ivam Oliveira / Kim Doria / Leonardo Fabri / Marlene Baptista / Maurício Barbosa / Renato Soares / Thaís Barros / Tulio Candioto

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P519c

Pericás, Luiz Bernardo

Caio Prado Júnior : uma biografia política / Luiz Bernardo Pericás.

- 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016.  
il.

Inclui índice

ISBN 978-85-7559-448-3

1. Prado Júnior, Caio, 1907-1990. 2. Políticos - Brasil - biografia.  
3. Brasil - Política e governo. I. Título.

16-29952

CDD: 923.2

CDU: 929:32

Este livro contou com o apoio da Fapesp. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da Fundação.

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: março de 2016

BOITEMPO EDITORIAL

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

CEP: 05442-000 São Paulo-SP

Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869

editor@boitempoeditorial.com.br

www.boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.wordpress.com

www.facebook.com/boitempo | www.twitter.com/editoraboitempo

www.youtube.com/user/imprensaboitempo

## O HOMEM QUE INVENTOU ESSE TAL DE MARXISMO NO BRASIL

Se 1968 foi um ano quente no mundo, com os acontecimentos internacionais levados a ponto de ebulição, no Brasil representou a radicalização do regime militar, com a promulgação do AI-5 e o acirramento da repressão à luta armada. O ambiente sufocante do país resultou em perseguições que levaram Caio Prado Júnior a decidir exilar-se no Chile no ano seguinte. Afinal, ele era visto pela ditadura como um “subversivo”: sua notoriedade como um dos mais importantes intelectuais marxistas brasileiros e sua filiação ao PCB poderiam ser razão suficiente para que se tornasse alvo do governo. Mas outras motivações ajudaram em sua decisão. Naquele ano, todas as publicações consideradas “comunistas” ou supostas ameaças à ditadura foram proibidas; isso resultou em grandes dificuldades financeiras para a Editora Brasiliense, que teve de destruir parte de seu estoque. Para completar (e principalmente por causa disto), uma entrevista polêmica concedida em 1967 à *Revisão*, revista estudantil da USP, foi interpretada pelos militares como uma provocação e incitação contra o governo<sup>1</sup>. Nela, ao ser perguntado sobre os meios de instalar o regime socialista no Brasil (não obstante dar a entender que não considerava a gesta armada a forma mais viável de combate político naquele momento), Caio Prado Júnior disse que “não devemos discutir a forma de lutar, e sim começar a lutar”<sup>2</sup>. Principalmente por essa afirmação, foi processado pela Justiça Militar de São Paulo.

A situação embaraçosa o obrigou a recusar diversos convites para dar palestras e paraninfar turmas de diferentes cursos universitários em outros estados. Foi assim com o CEMT da Associação Mato-Grossense de Estudantes, “símbolo de uma juventude que luta”<sup>3</sup> e com a Escola de Geologia da UFRGS<sup>4</sup>. Tinha um pedido de *habeas corpus* pendente no STF e, enquanto não fosse resolvida a questão, preferia não viajar. Seus advogados na época, Técio e Aldo Lins e Silva, insistiram no STM em que Caio Prado Júnior era “umas das glórias da cultura

brasileira, mundialmente conhecido e consagrado como autor de numerosas obras de renome<sup>7</sup>, e que a entrevista a uma revista de pequena tiragem fora apenas um pretexto para processar o intelectual. Para ambos, não podendo a acusação denunciar o historiador por seus livros, procurava fazê-lo de forma oblíqua, como incitador da ordem política. O procurador-geral da Justiça Militar, Nelson Barbosa Sampaio, contudo, contestou a alegação de falta de justa causa para a ação penal. E o ministro Figueiredo Costa concordou que havia presunção de delinquência<sup>5</sup>. O recurso, em última instância, não lhe foi concedido. O historiador sentia-se claramente coagido e impossibilitado de exprimir seu pensamento<sup>6</sup>.

Nessa época, mostrou sua confiança na juventude como agente importante no processo dos câmbios necessários. Os estudantes deveriam, em seu entendimento, compenetrar-se da “triste situação política” em que o país se encontrava e, depois de formados, não poupar esforços para lutar por um Brasil melhor<sup>7</sup> (ainda assim, ele próprio admitia que nunca tivera qualquer ligação com o movimento estudantil desde seus tempos de faculdade e nunca se interessara especialmente pelas questões relacionadas a ele)<sup>8</sup>. Para os alunos do Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Filosofia de Catanduva, cujo pedido para fazer uma homenagem a Caíto fora recusado por docentes e grupos de poder dentro da instituição (certamente por motivos políticos), em meados daquele ano, diria:

Esta própria Faculdade [...] se encontra submetida ao obscurantismo de uma Congregação que se julga ainda nos tempos (de que provavelmente é bem saudosa) dos Hitlers e Mussolinis. Um quarto de século de atraso! [...] por estas e outras razões da mesma ordem que os estudantes do mundo estão [se] rebelando contra o arcaísmo mental de homens (serão mesmo homens?) do mesmo estofado desses professores (com que direito, pergunto, chamam-se “professores”?) que dirigem a escola de vocês. Rebelião essa que está marcando um grande passo no sentido da libertação do mundo, e também do nosso país, de preconceitos e falsos ídolos que mal escondem pequeninos e sórdidos interesses pecuniários.<sup>9</sup>

Para Caio, o movimento estudantil da época (no qual, como já foi dito, ele próprio não se envolveu diretamente) tinha um papel considerável a desempenhar no Brasil, já que seria “o setor mais sensível à necessidade de reformas e transformações no país”<sup>10</sup>. Constituíam um fator importantíssimo na vanguarda revolucionária de então. Mas ele não acreditava que os estudantes pudessem ser os possíveis líderes da revolução (nem como guerrilheiros), ainda que tivessem condições de estimular o proletariado urbano e rural para iniciar sua luta<sup>11</sup>. (CPJ certamente acompanhou os acontecimentos estudantis de 1968 na França e no Brasil e, no ano seguinte, o *Cordobazo*, protagonizado por estudantes e trabalha-

dores argentinos, narrado com empolgação pelo amigo Frontini, que considerava o evento “uma ação revolucionária”. Ele via, portanto, o caráter *internacional* e interconectado, de influências mútuas, entre os distintos movimentos no exterior e sua influência por aqui.)<sup>12</sup>

Outro fato que incomodou Caíto foi a prisão, em Belo Horizonte, de três padres franceses e um diácono, no final de 1968. Os advogados Ariovaldo Campos e Gemaliel Campos, juntamente com o arcebispo D. João de Resende Costa e o bispo-auxiliar D. Serafim Fernandes de Araújo, deram entrada no pedido de *habeas corpus* no STM para libertar os quatro religiosos, enquanto intelectuais começaram uma campanha indignada por sua soltura. Entre eles, Caio Prado Júnior, Antonio Candido, Chico Buarque, Emília Viotti, Florestan Fernandes, Gilda de Mello e Souza, João Cruz Costa, Mário Schenberg, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Octavio Ianni e Sérgio Buarque de Holanda<sup>13</sup>.

A situação de Caio Prado Júnior não melhoraria, apesar de todas as tentativas. Em outras palavras, temia ser preso a qualquer momento. Já no começo de 1969 ele se convenceu de que o exílio seria a solução. E parece que estava certo. Afinal, foi indiciado por “incitação subversiva” em 20 de março de 1969 num inquérito policial-militar perante o Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da 2ª Região Militar (previsto no Artigo 33, Inciso I da Lei de Segurança, o Decreto-Lei n. 314), por iniciativa do procurador Durval Ayrton Moura de Araújo<sup>14</sup>. Antes de isso ocorrer, contudo, ele partiria do Brasil...

Aparentemente a forma de se evadir foi sugerida pelo ex-deputado federal Márcio Moreira Alves, que estava no Chile naquele momento. O historiador saiu do país por Foz do Iguaçu, no Paraná, e dali atravessou a fronteira paraguaia a pé, pela Ponte da Amizade, acompanhado de Danda e do caçula Roberto, seguindo para Puerto Stroessner (atual Ciudad del Este). A jovem disse às autoridades policiais que estava acompanhada de seu namorado, o senhor “Caio Silva”, e que sua intenção era se hospedar num hotel para jogar num cassino local. Ambos os filhos o ajudaram a pegar, do outro lado da divisa, um táxi que o levou diretamente para Assunção<sup>15</sup>. A primogênita foi com ele até a capital e depois retornou de avião a São Paulo. Já Caíto continuou sua “fuga” para a Argentina, de onde seguiu, com o auxílio do amigo Norberto Frontini, para o Chile. Lá, a partir de fevereiro, passou a viver, por alguns meses, num antigo e confortável edifício na Avenida Bulnes, 185, apartamento 43, no centro de Santiago, próximo ao Palacio de La Moneda.

Foram momentos de angústia e solidão. É verdade que encontrou seu neto, Nelson, filho de Danda, que decidira por conta própria ir ter com o avô que tanto admirava<sup>16</sup> (ele ficaria algumas semanas em Santiago), e diversos brasileiros que haviam optado pelo mesmo destino. Mas o fato é que Caio sentia-se mal longe do Brasil. “Vida bem pouco atraente de exilado”, diria<sup>17</sup>.

A insatisfação vinha de antes, muito provavelmente pelas críticas e discordâncias de correligionários e intelectuais em relação a algumas de suas ideias, principalmente as expressadas no livro *A revolução brasileira*. E pelo clima asfíxiante da ditadura militar. Isso para não falar da separação da esposa Nena e do concurso para a cátedra de História do Brasil na USP, para o qual havia se inscrito, a convite de Sérgio Buarque de Holanda, com a tese *História e desenvolvimento*<sup>18</sup>, e que havia sido cancelado<sup>19</sup>.

A possibilidade de ser preso por expressar suas ideias, contudo, talvez fosse o que mais pesasse naquele momento. Já no começo de 1969, procurou o famoso advogado criminal e jurista Heleno Cláudio Fragoso para defendê-lo das acusações. Fragoso, que na década de 1960 era professor de Direito Penal na UFRJ (e em 1966 também foi professor visitante da mesma disciplina na New York University), notabilizou-se, ao longo de sua carreira, por defender personalidades como Niomar Moniz Sodré Bittencourt, dona do *Correio da Manhã*, e o editor Ênio Silveira, proprietário da Civilização Brasileira, entre muitos outros<sup>20</sup>. Como Caio Prado Júnior estava vivendo em Santiago, Elias Chaves Neto faria visitas constantes a Fragoso (ou a seu filho, Fernando) em seu escritório de advocacia no edifício Erasmo Braga, na Travessa do Paço (Rio de Janeiro), servindo quase como um emissário do primo<sup>21</sup>. Os trâmites de pagamentos de honorários, por sua vez, ficariam a cargo do filho Roberto.

Desde as primeiras trocas de cartas com Caio Prado Júnior, Fragoso insistia em que o novo cliente se ausentara do Brasil “um pouco antes da hora”<sup>22</sup>. Preocupava-se que ele não estivesse presente às audiências e que isso prejudicasse seu caso. Podia passar a imagem de um fugitivo da justiça. O advogado escreveu diretamente ao ministro da Justiça sobre o caso e sugeriu que CPJ procurasse, em seu nome, alguns “bons amigos” no Chile, docentes universitários, principalmente da Faculdade de Direito, que poderiam ajudá-lo, como Eduardo Novoa Monreal, Miguel Schweizer, Alvaro Bunster e em especial Alfredo Etcheberry, “pessoa influente no governo”<sup>23</sup>. Para piorar, em março de 1969, o governo editou um decreto-lei que alterava vários artigos da Lei de Segurança e introduzia um dispositivo que determinava, em casos como o de Caíto, a intimação por edital, com prazo de dez dias. Aquela nova lei reduziu também para duas as testemunhas de defesa (enquanto a acusação tinha direito a três) e aumentou as penas<sup>24</sup>.

“Sua carta abalou-me, tinha notas um pouco angustiantes”, comentou a filha Danda, numa correspondência escrita no começo do ano anterior<sup>25</sup>. O pai queixava-se de que suas relações sociais eram “difíceis” e que seus colegas tinham um “nível inferior”<sup>26</sup>. Ou seja, não compreendiam o que ele via com clareza. Dessa vez, em Santiago, a distância só o faria se sentir mais isolado. Ele costumava almoçar no restaurante do Clube Espanhol e frequentemente via velhos republicanos exilados, que haviam saído de seu país depois da Guerra Civil e nunca

mais retornaram ao lar. Essa cena o deprimia. Tinha medo de não poder voltar tão cedo ao Brasil, por causa da severidade das leis do regime militar. Como era idoso, evitava sequer cogitar essa possibilidade. Por outro lado, a compensação, de acordo com o próprio historiador, eram as “boas amizades” (ainda que “esporádicas”) que tinha em Santiago com gente como Plínio de Arruda Sampaio, Paulo de Tarso e Almino Affonso. Ele havia estado naquela capital em maio de 1967, quando visitara exilados brasileiros, entre os quais Affonso, que lhe enviou no ano seguinte, influenciado pela leitura de *A revolução brasileira*, um estudo sobre o movimento camponês no Chile que demonstrava empiricamente que a pressão dos rurícolas se realizava, de maneira preponderante, sobre o salário (com ressalva àquela que provinha dos mapuches, orientada para a recuperação das terras usurpadas da comunidade indígena)<sup>27</sup>. A amizade dos dois se estreitou. Affonso conta que as visitas de Caíto à sua casa na capital, em 1969, eram um grande evento: chegava a plantar bananeiras e fazer exercícios de ioga para a família do anfitrião, que se divertia muitíssimo com as exposições do colega<sup>28</sup>.

O principal vínculo de amizade que Caio teve no Chile, contudo, foi com Plínio de Arruda Sampaio, 23 anos mais novo que ele e filho de João Baptista de Arruda Sampaio, um colega dos tempos de estudante na Faculdade de Direito. Na residência de Plínio e sua esposa, Marietta, onde ia almoçar e trocar ideias com alguma frequência (e onde encontrava, por vezes, outros exilados, como o cantor e compositor Geraldo Vandré), as discussões sobre política, o PCB e os problemas do Brasil eram constantes. Em Santiago, passava boa parte do dia lendo ou passeando pela cidade de ônibus.

Costumeiramente participava de comícios promovidos pelos comunistas locais e viajava por terra, para ver de perto a situação social no campo. A questão agrária era um tema que continuava a lhe interessar<sup>29</sup>. Chegou a escrever a Sérgio Buarque, pedindo que contasse ao Chico que suas músicas eram muito tocadas no Chile e que ele, inclusive, havia escutado no rádio recentemente uma versão em espanhol de *A banda*<sup>30</sup>. Mas nem sempre estava entusiasmado. Em carta a seu filho Roberto, em 16 de abril de 1969, daria uma mostra de sua vida e de seu estado de espírito:

Fui a um jogo de *volley*, URSS-Tchecoslováquia (uma *belíssima* partida, os tchecos, nitidamente superiores. Ganharam, mas foi uma exibição de agilidade, precisão, esforço físico e força moral de ambos os lados, que fiquei realmente entusiasmado), voltei restaurado...

Quanto a mim, continuo rolando por aqui. Aproveito bem o meu tempo, tenho estudado bastante, observado, viajado, lendo toneladas. Não faço aliás outra coisa. As minhas relações, embora boas e bastantes, são esporádicas. Se disser a você que não me sobra tempo para convivência maior em plano social, você vai

achar graça. Mas é assim. Estou a maior parte do tempo só, ou com estranhos, encontros ocasionais em ônibus, restaurantes, viagens, na rua. Indagando, perguntando, procurando saber das coisas. Neste sentido, acho-me perfeitamente satisfeito, e aproveitando imenso. É claro que isto deixa, de um outro lado, um grande, um imenso vazio. E não sei quanto durará minha resistência contra o progressivo avanço desse “vazio” que virá aos poucos, disse não tenho dúvidas, destruindo o resto. O meu ânimo está alto ainda, o que vou aprendendo tem me sorvido para levar adiante o trabalho que preparo, dois livros, um que seria como complementação e desenvolvimento da *Revolução brasileira*, outro o resultado final das conclusões que cheguei em continuação à *Dialética do conhecimento* e a *Lógica dialética*. [...] Mas não sei até quando, na situação em que me encontro, conservarei esse ânimo. Tenho medo de um súbito *breakdown*, contra o que não fica outro remédio senão o retorno ao Brasil. E se isso não for possível, já não sei mais o que será de mim. Estou vendo que substituo um desabafo pelo outro. Mas este é mais fundo... Não se importe muito. Por enquanto tudo vai bem. Não vá pensar que preciso de alguma dose ou injeção de ânimo.<sup>31</sup>

Em abril, o presidente Costa e Silva assinou o decreto que “aposentava” vários “professores” da USP, entre eles, Caio Prado Júnior, ainda que ele não fosse docente da universidade (em maio, o Executivo Federal, percebendo o equívoco, mandou republicar o ato de aposentaria compulsória, retirando da lista o nome de Caio Prado Júnior, além dos de Júlio Puddles e Reynaldo Chiaverini)<sup>32</sup>. Como curiosidade, vale dizer que, também em maio de 1969, Caio Prado Júnior seria sondado por Raymond Carr, do Saint Antony’s College, para passar uma temporada como visitante na Inglaterra (receberia 500 libras por cada termo de oito semanas), mas, por motivos óbvios, isso acabaria não acontecendo<sup>33</sup>.

Ele ficou pouco tempo no Chile. O fato é que Fragoso continuava insistindo na volta do historiador. “Sempre pensei que sua saída do Brasil foi precipitada”<sup>34</sup>, comentou. Em junho, o advogado lhe escreveu, dizendo que não haveria nenhum risco de constrangimento pessoal para o cliente em virtude do processo. A prisão preventiva, à revelia, não havia sido decretada e, portanto, Caio deveria comparecer diante do Conselho, na data marcada para o interrogatório, 21 de julho, para prestar depoimento<sup>35</sup>. A audiência de julgamento seria, então, marcada para agosto. Mas a relação entre o jurista e o intelectual apresentaria as primeiras fissuras ainda em meados daquele ano, por causa de supostos problemas com o pagamento dos serviços<sup>36</sup>. Possivelmente a cobrança das dívidas a Roberto e ao próprio CPJ foi um dos motivos que, mais tarde, causou o estremecimento da relação dos dois...

Caio Prado Júnior, de um lado por sentir falta do país e de outro pela insistência do advogado, acabaria por se decidir a retornar ao Brasil<sup>37</sup>. Sua situação,



entretanto, não melhorou. Havia quem acreditasse que ele não deveria ter voltado<sup>38</sup>. Mas já era tarde.

Na audiência o historiador fez o possível para mostrar a improcedência das acusações. Como testemunhas de defesa, compareceram Gofredo da Silva Teles Júnior, Lívio Teixeira e Sérgio Buarque de Holanda. Todos salientaram “a alta categoria da obra do acusado e a sua personalidade invulgar”<sup>39</sup>. A situação de Caíto, contudo, não parecia melhorar. O cerco se fechava...

Em fevereiro de 1970, ele passou o aniversário em Paraty, um de seus últimos momentos de liberdade. O mês seguinte, contudo, foi o mais difícil. Afinal, a partir daí, sua vida foi transformada novamente. E ele acabou outra vez atrás das grades.

Fragoso preparou um livreto de 21 páginas grampeadas intitulado *Em defesa de Caio Prado Júnior*, impresso na Gráfica Urupês, para usar como apoio da defensoria durante o julgamento<sup>40</sup>. Mas de nada adiantou a tentativa. Logo depois de se apresentar à Justiça e ser julgado por um tribunal militar, em 25 de março de 1970, na presença da família, Caio foi condenado a quatro anos e seis meses de prisão. Tinha 63 anos de idade. Naquele dia, levou uma mala com roupas, porque intuía que o veredito lhe seria desfavorável (menos de um mês depois, Fragoso faria a primeira apelação em favor do cliente).

Para Elias Chaves Neto, ele foi condenado “por ser um pensador marxista e por seu passado político”<sup>41</sup>. O marechal Stenio Caio de Albuquerque, por sua vez, diria que o objetivo dos militares era “dar um exemplo aos intelectuais”<sup>42</sup>. Em certo momento da instrução do processo, o oficial que interrogava Caíto chegou a lhe perguntar: “O senhor é o homem que inventou esse tal de marxismo no Brasil, não é?”<sup>43</sup>. Vê-se por aí o nível daqueles que o julgavam...

Caio Prado Júnior, ainda que não estivesse militando ativamente no PCB, era membro do partido, e seu destino foi o mesmo de vários outros camaradas. Entre 1964 e 1977, muitos pecebistas foram encarcerados (e torturados) pelos órgãos de repressão; em torno de duas centenas se exilaram; e 39 militantes foram assassinados pela ditadura<sup>44</sup>.

Para o procurador, Caio Prado Júnior era o responsável pelas atividades revolucionárias dos estudantes<sup>45</sup>. Na formulação da sentença, o tribunal, composto por um tenente-coronel, três capitães e o auditor Nelson da Silva Machado Guimarães (“o mais terrível dos juízes” que Fragoso jamais encontrou na Justiça Militar)<sup>46</sup>, declarou que a luta sobre a qual o historiador se referia em sua entrevista à revista *Revisão* “pode bem não ser a luta armada. Pode até ser, como afirmou a própria defesa, o mero empenho – até apenas intelectual – para a realização de determinado fim. Esse fim é a subversão da ordem política e social vigente”<sup>47</sup>. Logo em seguida, completava:

Não se pode admitir que o acusado e outros intelectuais tenham sido provocadores diretos dessa criminalidade (subversão instalada no País a partir de 1968, explica antes a sentença), embora todos eles, como o acusado, a admitam desde que os elementos conjunturais a aconselham, como ficou claro na sua entrevista. Mas o que se deve admitir é que os universitários, principalmente em São Paulo, são os instrumentos prediletos dessa criminalidade política extremada. Quer dizer, a sua generosidade juvenil, estimulada por um incessante trabalho propagandístico e de apologia do marxismo, tem levado vários desses jovens a deixar de discutir a forma de luta e começar a luta, engajando-se, por exemplo, na luta armada. Esses fatos não foram de modo algum desmentidos pelo acusado. A revistinha de estudantes era distribuída, segundo depoimentos de um dos próprios réus, em cerca de catorze grêmios estudantis da Faculdade de Filosofia da USP.<sup>48</sup>

Antônio de Pádua Prado Júnior, diretor da *Revisão*, foi julgado à revelia e recebeu a mesma pena de CPJ, enquanto Antônio Mendes de Almeida Júnior, redator-chefe, pegou três anos. Ambos foram defendidos pelas advogadas Lurdes Maria Celso Vale e Anina de Carvalho<sup>49</sup>. Vale notar que Caíto havia sido entrevistado em sua casa, na verdade, por Roberto Cardoso Ferraz do Amaral e outro colega, cujos nomes não apareceram no processo. Isso porque o diretor e o redator decidiram não citá-los, para preservar os amigos (os nomes dos entrevistadores não apareceram na matéria)<sup>50</sup>.

Como se pode imaginar, a repercussão nacional e internacional da detenção de um intelectual da importância e envergadura de Caio Prado Júnior foi enorme. Danda e Caio Graco tiveram papel seminal na mobilização de personalidades de diversos países para protestar e, depois do julgamento, exigir a libertação do pai. Pouco antes do veredito condenando-o, por exemplo, a filha procurou acadêmicos influentes para pedir que ajudassem no caso. Em carta em inglês para o professor Stanley Stein, da Universidade de Princeton, e em outra, em tom similar, para o antropólogo Charles Wagley, da Columbia University, ela diria:

Ele decidiu arriscar ser preso, em vez de deixar o Brasil como exilado, talvez para sempre, pois suas esperanças de sobreviver à situação política atual são poucas[...] Estou lhe escrevendo pessoalmente e pedindo por sua interferência e auxílio, já que sempre me senti profundamente tocada pelo interesse e amizade que você manifestou por ele.<sup>51</sup>

Stein iria mobilizar-se especialmente para denunciar o ocorrido. “A situação difícil de Caio Prado Júnior é a mesma de todos os dissidentes políticos no Brasil hoje, e sentimos que devemos vocalizar nosso protesto imediatamente”, respondeu o latino-americanista em seguida. Ele publicou na edição de domingo, 8 de

março de 1970, do *New York Times*, em nome dos “membros da comunidade internacional de *scholars*”, um manifesto datado de 23 de fevereiro, encabeçado por ele e Wagley, além do brasileiro da Universidade de Wisconsin Thomas Skidmore e do *chairman* do Conselho de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Yale Richard Morse, no qual demonstravam a indignação dos acadêmicos do país aos atos da ditadura e aos ataques às liberdades civis, e contra a censura à imprensa, as prisões e os exílios dos que lutavam contra o regime. O documento recebeu centenas de assinaturas de intelectuais dos Estados Unidos<sup>52</sup>. Já no Texas, Warren Dean e um grupo de professores locais enviaram uma carta incisiva diretamente ao presidente Médici<sup>53</sup>, enquanto no mesmo período, na Universidade de Yale (a mesma do amigo Morse), Caio Prado Júnior também teve o apoio de Joseph Love<sup>54</sup>.

Outro personagem fundamental na luta por sua libertação foi o amigo argentino Norberto Frontini, que iniciou uma campanha na América Latina em nome do historiador brasileiro. Quando soube de sua prisão iminente, escreveu uma “carta aberta”<sup>55</sup> ao Palácio do Planalto e enviou pedidos de apoio para renomados artistas, acadêmicos e intelectuais do Chile, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, México e Argentina, além de latino-americanos que viviam na França, Espanha e Itália. Alvaro Jara, Tomás Lago, Olga Urtuvia, Genaro Carnero Checa, Yolanda Bedregal, Jorge Icaza, Miguel Otero Silva, Uslar Pietri, Arnaldo Orfila Raynal, Miguel Ángel Asturias, Julio Álvarez del Vayo, Garcia Márquez, Rafael Alberti, Maria Teresa León, Atilio Rossi e Rodolfo Puiggrós foram alguns dos que receberam a correspondência de Frontini. No dia 3 de março daquele ano, mandou seu manifesto a dezenas de pessoas e, duas semanas mais tarde, estenderia a lista, enviando protestos para que fossem publicados em vários jornais, como *La Razón* (500 mil exemplares), *La Nación*, *La Prensa* (cujo subdiretor era um velho conhecido dele), *Associated Press* e *Inter Press Service* (agência democrata-cristã).

“Você é um homem que[...] ultrapassou as fronteiras de seu país”, afirmava Frontini a Caio. No dia 18 de março, o argentino entregou a mesma carta à *United Press* e ao periódico *Crónica*. Já o colega Gregorio Bermann levou o documento, com 26 assinaturas, para que fosse divulgado nos diários de Córdoba.

E a campanha se ampliava: o semanário *Propósitos* publicou uma nota sobre a situação de CPJ e o jornalista Gregorio Selser encaminhou informes à revista *Marcha*, de Montevideú. Na mesma época, Frontini recebeu uma missiva de Ana Maria Salas, nora de Manuel Agustín Aguirre, reitor da Universidade de Quito, dizendo que o sogro se encarregaria pessoalmente de fazer chegar um telegrama de protesto ao presidente do Brasil e que convidaria outros diretores a fazer o mesmo. O continente inteiro sabia da situação do brasileiro e o apoiava<sup>56</sup>.

Na Europa, por outro lado, 31 escritores portugueses assinaram uma declaração de desacordo ao embaixador do Brasil em Lisboa, expressando solidariedade.

Entre eles, Urbano Tavares Rodrigues e o futuro prêmio Nobel de literatura, José Saramago<sup>57</sup>. Já no Brasil, diversos colegas escreveriam na imprensa apoiando o intelectual paulista, entre os quais Alceu Amoroso Lima, Danton Jobim, Moacir Werneck de Castro e Hélio Fernandes.

Caio Prado Júnior cumpriu a primeira etapa de sua pena no Presídio Tiradentes. Conviveu com vários presos políticos, inclusive com o também historiador Jacob Gorender<sup>58</sup>. Fumante havia anos (nunca conseguiu abandonar o hábito), retransmitia as mensagens de seus companheiros na cadeia através de pequenos papéis enrolados e colocados dentro dos cigarros, escondidos em meio ao tabaco. Sua filha Danda, então, pegava o material e fazia circular as informações<sup>59</sup>. Com o encarceramento de amigos e conhecidos seus, ela própria se exilou na França, de onde continuou a se corresponder com o pai.

Na prisão, Caio dividiria a cela 4 com dois médicos, além do dominicano Francisco Catão e do advogado gaúcho Antonio Expedito Carvalho Perera, que mais tarde ficaria conhecido como o “chacal brasileiro”<sup>60</sup>. Perera, que na juventude fora um integrante do Partido Democrático Cristão, aproximou-se da VPR, através de Onofre Pinto, e a partir daí começou a colaborar com a organização. Chegou a conhecer o capitão Carlos Lamarca. Foi preso em 1969 e libertado em 1971, como um dos setenta militantes trocados pelo embaixador suíço Giovanni Bucher. Seguiu para o Chile e depois para a França. Na Europa, tornou-se amigo do terrorista internacional venezuelano Illich Ramírez Sánchez, ou “Carlos, o chacal”, e apoiou o Exército Vermelho Japonês. Chegou a fazer contatos com insurgentes palestinos, com a esquerda libanesa e com grupos ligados a Muammar Kadhafi. Mais tarde, mudaria seu nome para Paulo Parra e se exilaria na Itália até o final da vida<sup>61</sup>.

Por ser advogado, Perera conseguiu ficar numa cela “especial” (chamada pelos outros detentos de “cela dos lordes”), na mesma em que se encontrava Caio Prado Júnior. O escritor Frei Betto conta que todos ali costumavam comer pratos trazidos de restaurantes da capital. Como Caio era o único que já havia sido preso em outras ocasiões, lavava a própria roupa e pendurava as cuecas nas grades para secar, atitude que teria provocado, segundo o autor de *Batismo de sangue*, uma “revolta” no local<sup>62</sup>.

Sua cela tinha em torno de quatro metros por quatro, beliches, televisão e um fogão elétrico de uma única boca, no qual se preparava comida ou café<sup>63</sup>. Ali, CPJ recebeu até livros marxistas, já que vários eram em língua estrangeira, o que aparentemente ludibriava as autoridades prisionais (outros vinham sem capa ou com esta trocada pela de outras obras<sup>64</sup>).

Entre os volumes que chegaram a suas mãos, um lhe interessaria bastante. O jovem brasileiro Joseph Love lhe enviou, por meio de Maria Odila (amiga íntima de Caio), um exemplar de *Confessions of Nat Turner*, do romancista William

Styron (publicado em 1967 e vencedor do Prêmio Pulitzer no ano seguinte), uma versão ficcionalizada, em forma de monólogo interior, da vida do líder da revolta dos escravos da Virgínia em 1831 (Turner foi encarcerado e enforcado no final do processo). O “prisioneiro ilustre”, segundo Love, lhe agradeceu e disse que “gostou muito” do presente<sup>65</sup>.

Mas aquele ambiente nem sempre era favorável à leitura. O historiador chegou até mesmo a pedir a familiares que levassem para ele um capacete, para proteger os ouvidos do barulho incômodo dos outros detentos<sup>66</sup>...

De acordo com Danda, em depoimento ao jornalista Fernando Molica, Perera foi o único dos prisioneiros a apoiar seu pai, conseguindo, por exemplo, que ele ficasse na janela quando familiares lhe levavam comida. Isso porque o “chacal brasileiro” (que costumava passar o dia de *peignoir* e chinelos, fumando cachimbos) prestava serviços à direção do presídio, por ser filho de delegado<sup>67</sup>. Depois de libertado, já no Chile, o gaúcho recebeu uma carta de Danda, convidando-o a se hospedar em seu apartamento na rua Octave Feuillet, em Paris, como retribuição por tudo que fizera por seu progenitor na cadeia. Ele aceitou e seguiu para lá, onde iniciou um caso amoroso com a filha do historiador<sup>68</sup>.

Naquele período, Caíto também se encontrou, em poucas ocasiões, nas horas reservadas ao banho de sol no pátio (duas vezes por semana) ou aos domingos (quando os detentos podiam transitar pelas dependências prisionais), com Antônio de Pádua Prado Júnior, diretor da revista *Revisão*, também encarcerado ali<sup>69</sup> (na cela 5). Antônio, que fora ligado à VAR-Palmares, chegou a dizer em entrevista, anos mais tarde, que “tinha a impressão de que ele [CPJ] se sentia culpado por nós termos sido presos”<sup>70</sup>. E assim o descreveu na ocasião: “Era um preso tranquilo”<sup>71</sup>.

Enquanto isso, *A revolução brasileira* continuava tendo grande êxito nas livrarias. Desde seu lançamento até 1970, a obra já vendera mais de 50 mil exemplares...

Em 5 de maio, o juiz auditor Nelson da Silva Machado Guimarães determinou, em ofício, que o delegado titular da Especializada de Ordem Política, Alcides Cintra Bueno Filho, removesse Caio Prado Júnior para um quartel da Polícia Militar, o que foi feito prontamente. Assim, seis dias mais tarde, o historiador foi transferido para o 16º Batalhão Policial, localizado na avenida Corifeu de Azevedo Marques, relativamente próximo da USP. Cintra Bueno enviou às autoridades competentes o recibo de “entrega” do referido. Por sua vez, o tenente-coronel Eduardo Monteiro confirmou a chegada do preso às 15h40 do dia 11 daquele mês. O intelectual, a partir de então, ficaria à disposição da Justiça Militar<sup>72</sup>.

De acordo com o Artigo 295 do Código de Processo Penal, a partir do decreto n. 38.016 de 5 de outubro de 1955 (que regulamentava a “Prisão Especial” antes de condenação definitiva), todos os diplomados por qualquer uma das “facul-

dades superiores” da República tinham direito a ser recolhidos em quartéis ou centros de detenção nos quais lhes seriam assegurados “alojamento condigno, alimentação e recreio”, “o uso de seus próprios vestuários”, “assistência de seus advogados sem restrições durante o horário normal de expediente”, “visitas de ascendentes, descendentes, irmãos e conjuges durante o expediente, sem horário determinado” (a visita poderia se prolongar fora do horário previsto), “recepção e transmissão de correspondência livremente”, “assistência de médico particular” e “alimentação enviada pela família ou amigos”. Seria nessas condições, portanto, que Caio permaneceria encarcerado naquele quartel.

No 16<sup>o</sup> Batalhão da Polícia Militar, CPJ continuou a ser visitado por vários amigos e familiares, como sua amiga Maria Odila da Silva Dias, o neto Nelson, o filho Caio Graco e a nora, Susana. E também pelo comunista pernambucano Paulo Cavalcanti.

Poucos anos antes, Cavalcanti criticara de forma dura *A revolução brasileira*, sem contudo conhecer pessoalmente o historiador paulista. Quando Caio Graco esteve no Recife para inspecionar a filial da Editora Brasiliense, travou amizade com o intelectual pecebista. Algum tempo depois, ao visitar São Paulo, Cavalcanti perguntou ao jovem editor se poderia visitar seu pai na prisão. A resposta foi afirmativa.

Caio Prado Júnior recebeu o camarada nordestino com alegria. Havia lido o folheto em que ele atacava suas posições e até mandara expô-lo nas vitrines de sua livraria, num gesto considerado “democrático” pelo interlocutor. Caíto queria mudar a classificação de seu delito, de “prática subversiva” para “propaganda de subversão”. Estava tentando, com esse procedimento, que sua pena fosse aliviada. Por isso, perguntou a Cavalcanti se por acaso conhecia o relator de seu caso na Justiça, um ministro de Pernambuco. O interlocutor disse que sim e ofereceu-se para preparar e levar um memorial sobre o caso do historiador pessoalmente aos membros do STF, em Brasília. Seria um reforço ao trabalho que vinha sendo feito pelo advogado do autor de *O mundo do socialismo*. Cavalcanti foi à capital e hospedou-se na casa do então deputado federal Fernando Lyra, onde redigiu o memorial mostrando a improcedência das acusações. Em seguida, conversou com o relator do processo, seu amigo dos tempos de magistratura e Ministério Público, Djaci Falcão, que prometeu estudar o caso. Cavalcanti, com a ajuda do ex-senador baiano Josafá Marinho, também entregou um exemplar do material ao procurador. Ao retornar a São Paulo, relatou os fatos a Caio Graco e ficou aguardando o resultado de sua empreitada<sup>73</sup>. O apoio dos colegas e dos parentes, tanto no plano afetivo como no prático, seria extremamente importante naquela ocasião.

Mas Caíto, não obstante o esforço, continuava atrás das grades. De qualquer forma, o ambiente era certamente melhor que o anterior. No quartel da polícia

militar, ele ficou instalado ao lado de outro detento, um contrabandista de automóveis chileno. De vez em quando, compartilhavam o mesmo espaço. Quando CPJ era visitado por familiares, às vezes era interrompido por oficiais e soldados que queriam consultá-lo sobre os melhores investimentos na Bolsa de Valores!

Para passar o tempo e enganar o tédio, fazia bolas com o papel laminado que revestia o interior dos maços de cigarro. Guardou várias dessas “esferas prateadas” depois de solto, como “recordação” dos tempos em que estivera encarcerado<sup>74</sup>. Também não abandonou dois hábitos de toda a vida, os banhos frios e os exercícios. Num daqueles dias, transcreveu o poema “Minha mãe”, do primeiro livro de Vinicius de Moraes, *O caminho para a distância*, de 1933, que guardou pelo resto da vida:

Minha mãe, minha mãe, eu tenho medo  
 Tenho medo da vida, minha mãe.  
 Canta a doce cantiga que cantavas  
 Quando eu corria doido ao teu regaço  
 Com medo dos fantasmas do telhado. [...]

Minha mãe, minha mãe, eu tenho medo  
 Me apavora a renúncia. Dize que eu fique  
 Dize que eu parta, ó mãe, para a saudade.  
 Afugenta este espaço que me prende  
 Afugenta o infinito que me chama  
 Que eu estou com muito medo, minha mãe.

Enquanto isso, Danda e Caio Graco escreveriam para a Amnesty International, que, por sua vez, mandava cartas para os ministros cujos nomes eles citavam. James P. Harrison e Ivan Morris, representantes da entidade em Nova York, e Elisabeth Jordan, da Alemanha, ainda enviariam cópias do apelo pela soltura do historiador ao presidente Médici, ao embaixador do Brasil em Washington Mozart Gurgel Valente, ao secretário de Estado norte-americano William Rogers e ao senador William Fulbright, do Comitê de Relações Internacionais do Senado. “O estudo do marxismo não vai contra a lei brasileira”, diria uma das cartas. “Acreditamos que o dr. Prado é um prisioneiro de consciência”<sup>75</sup>. A pressão pela liberdade de Caio Prado Júnior continuava...

No quartel, Caio manteve contato por correspondência com o amigo Antonio Expedito Carvalho Perera (enquanto este permanecia no Presídio Tiradentes) e enviou-lhe alguns de seus livros. Perera os lia e depois os colocava em discussão “num círculo restrito e competente de companheiros”. Comentou: “Observo com novos olhos o conteúdo e o estilo”. O futuro “chagal brasileiro” continuava

apoiando o colega historiador e dizia, em resposta às suas missivas, que “a pressão internacional aliada à injustiça patente” o absolveria<sup>76</sup>.

Neste íterim, para tentar pressionar o Superior Tribunal Militar a rever a injustiça aplicada ao historiador, os professores de Direito nos Estados Unidos Henry Steiner (Harvard) e David M. Trubek (Yale), enviariam uma carta ao *New York Times* denunciando o caso.

Em agosto de 1970, Fragoso impetrou um novo recurso para libertar o amigo. Em vez da anulação do processo, o advogado tentava sua absolvição. Um artigo de Alceu Amoroso Lima, amigo pessoal de Caíto, ainda deveria sair no *Jornal do Brasil*, pouco antes do novo julgamento, apoiando o colega<sup>77</sup>.

Em 2 de setembro, nova sessão, na qual estavam presentes Elias Chaves Neto e Paulo Alves Pinto, que acompanharam todas as discussões<sup>78</sup>. Mas de nada adiantou o esforço. O único voto a favor da absolvição de Caíto foi o de Alcides Carneiro, que analisou com cuidado a questão. Ele teria sido “a voz da razão” naquele momento. Afonso Arinos, que seguia de perto o caso, chegou a escrever para Carneiro para elogiar-lo por seu “voto admirável”<sup>79</sup> e ainda procurou o general Jurandir Mamede para tentar aliviar a situação do amigo, considerando-se sua idade e seu estado de saúde<sup>80</sup>. Carneiro chegaria a dizer: “É a primeira vez na vida que eu vejo isso. Caio foi condenado por um crime de opinião. Dizem que quem não deve não teme, mas eu acho o contrário. Quem não deve é que deve temer as iniquidades”. A forma como se procedeu o debate, porém, mostrou que havia predisposição a manter a condenação do réu, até pelo fato de a acusação ter sido a última a falar. Além disso, o procurador-geral teria sido “infame”, usando seu tempo para fazer ataques pessoais ao historiador. Os argumentos, em geral, eram sempre os mesmos:

O acusado é de fato um escritor, editor, notável economista, ideologicamente marxista, comunista no melhor sentido, filósofo, em suma, intelectual de convicções definidas; todavia não é só isso – isto é, não se coloca exclusivamente no campo das ideias, não é apenas e tão somente um teórico, um pensador, é também e sem a menor dúvida, desde 1935, um político militante, um comunista atuante e por isso sempre presente em todas as campanhas de interesse do partido comunista a que pertenceu ostensivamente [...].

Não há como negar que o apelante alia às suas reconhecidas qualidades de teórico as de um marxista de desassombradas atitudes, de um comunista atuante.

A entrevista, afinal, outra coisa não é senão um afrontoso crime contra a Segurança Nacional, praticado não só pelos que faziam as perguntas, como pelos que a responderam.<sup>81</sup>

Além disso, Fragoso *supostamente* teria tido um desempenho fraco na sessão. Para Chaves Neto, seria preciso que o advogado “conhecesse um pouco melhor



o marxismo” e pudesse restituir à entrevista de CPJ o “verdadeiro sentido que ela contém e sobre o qual nenhum marxista tem qualquer dúvida; embora tivesse falado sobre a distinção entre revolução e insurreição”<sup>82</sup>.

Aquele foi considerado pelos dois amigos comunistas (Chaves Neto e Alves Pinto) um julgamento “kafkiano”, ou seja, Caio Prado Júnior estava sendo condenado “por omissão”, por não ter feito determinadas declarações... Tanto o relator como os que seguiram seu voto se esforçaram para separar o intelectual do “político”, que, mesmo que não procurasse deliberadamente “agitar os estudantes”, estava a lhes “inocular o vírus subversivo”. E, assim, Caíto continuaria preso. “Agora só posso exprimir a minha repulsa por todo esse confucionismo em que o país se agita e do qual os brasileiros parecem nem sequer ter consciência”, disse Chaves Neto ao primo<sup>83</sup>.

O acórdão do STM de 2 de setembro, contudo, deu provimento à parte da apelação para reduzir a pena imposta de Caio Prado Júnior e Antônio Mendes de Almeida Júnior ao mínimo legal, desclassificando o delito e reduzindo a pena de ambos a um ano e seis meses. O ministro Alcides Carneiro foi o único que absolveu o acusado. Mas, como se vê, foi vencido na decisão.

O historiador na época não andava nada bem. Pelo contrário. Em 17 de setembro de 1970, David Rosenberg (livre-docente de clínica cirúrgica da Escola Paulista de Medicina) examinaria o amigo no cárcere e constataria que “o paciente apresenta-se num estado misto de tensão, ansiedade e excitação, de intensidade variável, passando, às vezes, para angústia e depressão”. Além disso, “apresentou quatro episódios de desfalecimento súbito, com perda parcial de consciência e queda ao solo. O pulso arterial era de 54 batimentos por minutos [sic]”. Pedia exames complementares, inclusive um eletrocardiograma. “A persistência das condições em que se encontra o paciente terá efeito prejudicial sobre o seu organismo”, completava.

Caio continuou a receber apoio de diferentes setores. Ainda em setembro, os alunos do quinto ano do curso de bacharelado em Direito da USP discutiram um nome para ser seu paraninfo. Fábio Konder Comparato, a primeira personalidade aventada pelos estudantes, teria gerado polêmica e, por eleição comandada por Carlos Eduardo Franceschini Vechio, Rachel Andrade e Lúcia Casali de Oliveira, foi aprovado para designar a turma (e ser seu patrono) Caio Prado Júnior, decisão homologada na sequência. O fato gerou tensão, já que a indicação contava somente com o apoio da ala esquerda da escola, e irritou profundamente o diretor em exercício da faculdade, o professor Pinto Antunes, coincidentemente o mesmo que havia vencido Caíto no concurso para a cátedra de Economia Política, muitos anos antes<sup>84</sup>!

Enquanto isso, *aparentemente* havia elementos de grupos guerrilheiros envolvidos numa *suposta* tentativa de libertá-lo. O Dops tinha em sua posse um docu-

mento escrito em espanhol, com data de 23 de setembro de 1970, *o qual deve ser visto com várias ressalvas*, em que “Mauricy das Flores”, “autointitulado” membro do Colina (Comando de Libertação Nacional) e do Movimento de Militantes Marxistas (que, teoricamente, coordenava as atividades daquele grupo na Bolívia), propunha aos tupamaros que libertassem o cônsul do Brasil no Uruguai, Aloysio Dias Gomide, desde que fosse divulgado na imprensa escrita e falada, em rede nacional (inclusive em cadeia noticiosa da Agência Nacional Voz do Brasil), um comunicado revolucionário do capitão Carlos Lamarca e que fossem libertados cinquenta presos políticos, entre os quais Caio Prado Júnior (o Colina, contudo, havia se fundido à VPR no ano anterior, constituindo a VAR-Palmares, o que certamente põe em dúvida a autenticidade da carta)<sup>85</sup>. Em seguida, outro manifesto público, também assinado por “Mauricy das Flores”, desta vez em nome do MR-8, faria apelo para que os tupamaros soltassem Aloysio Dias Gomide e o técnico agrônomo norte-americano Claude Fly<sup>86</sup>, depois que o governo brasileiro aceitasse deixar em liberdade e seguir de avião para o Chile quinze presos políticos, além de duas estudantes de Juiz de Fora, três de Belo Horizonte e vinte líderes estudantis que estavam na Ilha das Flores, sendo torturados pelo Cenimar. O texto desse documento deveria ser reproduzido pela Rádio Guaíba de Porto Alegre, até que os guerrilheiros uruguaios se pronunciassem através da agência noticiosa internacional. O fato é que isso, como se sabe, não ocorreu, e o historiador permaneceu preso<sup>87</sup>.

O momento mais difícil vivido por Caíto na prisão, contudo, foi quando recebeu, em 3 de dezembro de 1970, a notícia do suicídio de seu filho caçula, Roberto, um jovem de apenas 25 anos de idade, recém-separado da esposa, com quem tivera uma filha dois anos antes. O rapaz havia sido incumbido pelo pai de administrar a Gráfica Urupês, empresa que estava em dificuldades financeiras. As responsabilidades eram grandes e a expectativa em relação à aprovação familiar, também. Talvez a pressão tenha sido excessiva.

O fato devastador causou enorme impacto no intelectual sexagenário. A perda da família, Caíto foi autorizado a acompanhar o cortejo fúnebre do filho, no dia 4 do mesmo mês, do Hospital Beneficência Portuguesa até o Cemitério da Consolação, sempre seguido e observado por policiais. O jovem foi enterrado no jazigo da família. Depois da cerimônia lúgubre, Caíto retornou à cadeia, levado pelas autoridades.

Na prisão, ele escreveu *O estruturalismo de Lévi-Strauss/O marxismo de Louis Althusser*, textos que foram concluídos em abril de 1971 e que Danda, logo em seguida, mandou traduzir e tentou publicar na França, na revista *La Pensée*, do PCF. O pagamento da tradução, ao todo 150 dólares, ficou por conta do pai<sup>88</sup>. Embora os artigos tenham sido aceitos num primeiro momento<sup>89</sup> (seriam publicados em pelo menos duas partes, com revisão pessoal de Georges Cogniot)<sup>90</sup>, foram recusados logo em seguida pelos editores, sem nenhuma explicação. Até

mesmo o economista Celso Furtado fez o possível para intermediar a publicação do artigo, igualmente sem sucesso<sup>91</sup>. Pouco depois, Danda enviou os originais para a *Temps Modernes*, dirigida por Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, que também acabou não os incluindo em suas páginas (em 1972, o editor Antonio Reis, da Seara Nova, demonstraria enorme interesse em publicá-los em Portugal; por outro lado, Caíto tentaria publicá-los anos mais tarde na Espanha, sem êxito)<sup>92</sup>. Sairiam juntos, em forma de livro (dedicado ao filho Roberto), pela Brasiliense, ainda em 1971.

Aquele foi um período em que, na avaliação da primogênita, ele novamente andava negativo, sentindo o mesmo “vazio” de outras épocas, triste e ansioso diante da ideia de enfrentar o mundo do lado de fora<sup>93</sup>. Tempos de prisão...

Caio Prado Júnior também se incomodaria bastante com atitude insistente de Fragoso, que continuava cobrando valores atrasados. Após o suicídio de Roberto, o advogado se voltou imediatamente para Caio Graco, atrás do pagamento por suas atividades, que incluíam despesas de viagem, preparação de um novo memorial e fotocópias, além dos honorários devidos a ele e ao dr. José Luiz Clerot, que acompanhava o processo em Brasília, a pedido de Fragoso<sup>94</sup>.

Talvez por causa do momento delicado, o que indispunha CPJ se tornou insuportável. Ele se recusou terminantemente a pagar o advogado e com rispidez, em julho de 1971, rompeu relações com ele. Fragoso ficou “estarecido” com a atitude do historiador<sup>95</sup>. Considerou aquele um “fato inédito” em sua vida profissional, em especial diante da “dedicação extrema” e do “imenso trabalho” que havia realizado em seu favor. Para ele, aquilo não passava de uma “pequena mesquinha financeira” em torno de “cifras ridículas”. Além disso, jamais nenhum cliente havia recusado pagamento de tais despesas nem havia posto em dúvida a necessidade desse serviço. Quando terminasse o processo, ele ameaçava cobrar judicialmente os honorários, sujeitos ao arbitramento da Justiça, com as demais cominações legais. Aquilo havia sido, para o eminente advogado, um “desapontamento brutal”<sup>96</sup>. E lamentava que a relação entre os dois terminasse daquela maneira<sup>97</sup>. (Ainda assim, em seu *Advocacia da liberdade*, Fragoso em nenhum momento menciona tais fatos e dá a entender que permaneceu com Caíto até sua libertação, sempre demonstrando respeito e admiração pelo intelectual).

No final do processo, Caio mudou de advogado, contratando os serviços de Antônio Carlos Sigmaringa Seixas. Ele alcançou rapidamente seu objetivo, conseguindo enfim um resultado favorável no julgamento e, depois, diligenciando um ofício para o STM e outro para o auditor perante o qual se processou a ação penal, a fim de que seu cliente pudesse “respirar o oxigênio da liberdade”<sup>98</sup>.

Caio Prado Júnior cumpriu sua pena até agosto de 1971, quando foi absolvido por unanimidade pelo STF e finalmente libertado<sup>99</sup>. A ementa do Recurso Ordinário Criminal n. 1.116 indicava:

o crime de incitamento à subversão da ordem político-social reclama uma vontade consciente, visando um fato determinado. Da análise da entrevista de Caio Prado Júnior, no seu conjunto percebe-se que não está caracterizado o escopo de incitar ou estimular a prática de subversão (Art. 33, I, do Dec. Lei 314, de 13.3.1967). Não se vê um fato concreto querido pelo sujeito ativo. Enfim, falta a potencialidade causal.<sup>100</sup>

Para o grupo de juízes da Primeira Turma, que tinha como presidente Luiz Gallotti e como relator Djaci Falcão, “o crime de propaganda subversiva decorre da instigação ou provocação indireta à subversão, através dos meios enumerados na lei específica, de modo a constituir ameaça ou atentado à segurança nacional (Dec. Lei n. 314, Art. 38). Não se vê comprovada tal infração quanto ao recorrente Caio Prado Júnior”<sup>101</sup>. Presentes à sessão encontravam-se os ministros Moacyr Amaral Santos, Raphael de Barros Monteiro, Oswaldo Trigueiro e o procurador-geral substituto Oscar Corrêa Pina, além dos advogados de Caio Prado Júnior, Sigmaringa Seixas, e de Antônio de Pádua Prado Júnior, Marcos Heusi Neto.

Alguns meses antes, Danda havia chamado o pai para ir à Índia em dezembro (quando tinha certeza de que ele estaria solto), a convite de Wladimir Murtinho, na época embaixador em Nova Délhi, o que acabaria não ocorrendo. Ainda que o historiador não tivesse a intenção de ir à Ásia, contudo, as viagens continuavam em seus planos imediatos<sup>102</sup>.

Poucas semanas após sua soltura, Caio Prado Júnior foi ao Recife de carro. Na capital pernambucana, o novo amigo Cavalcanti (que pulou “de contente, como um menino”, quando leu a notícia de que ele estava livre)<sup>103</sup>, promoveu uma festa de arromba para comemorar a liberdade do camarada de partido. Com a presença de professores, historiadores e sociólogos (inclusive Peter Eisenberg), a recepção (com máscaras, guizos e confetes) durou até altas horas da madrugada, em clima carnavalesco. Cavalcanti, eufórico, disse a Caio então: “O velho ‘Partidão’ teve a honra de ajudá-lo nesse transe de sua vida. Eu não agi sozinho, indo a Brasília. Os companheiros custearam as despesas extras. O PCB estava a par de todos os meus movimentos. E me estimulou a tanto. Foi a contribuição do partido à sua liberdade”<sup>104</sup>. Cavalcanti, mais tarde, diria que sentiu o “velho militante comunista” se comover, “no brilho maior dos olhos”<sup>105</sup>.

Mas aquela não era uma época para comemorações. Afinal, no mesmo mês em que Caio Prado Júnior saía da prisão, a repressão ao partido continuava intensa e dois militantes do PCB, o ex-militar, ex-bancário e funcionário da Embratel Francisco de Chagas Pereira e o sapateiro e organizador dos garimpeiros de Jacundá, no Pará, Epaminondas Gomes de Oliveira seriam assassinados pela ditadura<sup>106</sup>...